



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÈDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**APARECIDA MARIA DA SILVA PEREIRA**

**LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL**

**CATOLÉ DO ROCHA – PB  
2014**

**APARECIDA MARIA DA SILVA PEREIRA**

**LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba como requisito para obtenção do  
título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma Francineide Pereira  
Silva

**CATOLÉ DO ROCHA – PB**  
**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P436l Pereira, Aparecida Maria da Silva  
Leitura e escrita no ensino infantil [manuscrito] : / Aparecida da Silva Maria Pereira. - 2014.  
32 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.  
"Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva, Secretária de Educação à Distância".  
"Co-Orientação: Profa. Ma. Ariane Kércia de Sá Barreto, Secretária de Educação à Distância".

1. Prática. 2. Leitura. 3. Dificuldades 4. Educação infantil. 5. Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 372.4

**APARECIDA MARIA DA SILVA PEREIRA**

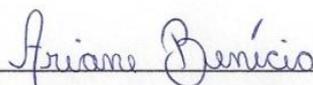
**LEITURA E ESCRITA NO ENSINO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual da  
Paraíba como requisito para obtenção do  
título de Licenciatura Plena em  
Pedagogia.

**Banca Examinadora**



**Prof<sup>a</sup> Ma. Francineide Pereira Silva / UEPB/ Campus IV  
Orientadora**



**Prof<sup>a</sup> Ma. Ariane Kercia Bênicio de Sá Barreto UEPB/Campus IV  
Examinadora**

Aprovado em: 25/07/2014

NOTA \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser a razão de tudo.

Aos meus pais Maria Olivia de Andrade e Raimundo Severino da Silva (In memória)

A todos os meus familiares, pela compreensão, força que mim deram a todos instantes.

Aos professores do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia UEPB, que contribuíram ao longo destes meses.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Aos diretores das escolas onde foram realizadas as três etapas do estágio Supervisionado. Pelo acolhimento dos gestores, professores/as, alunos e servidores da educação, agradeço a atenção de todos.

## RESUMO

O presente estudo tem como temática leitura e escrita, e como objetivo analisar as dificuldades dos educandos no processo de aquisição da leitura e escrita nos anos iniciais no ensino infantil. O suporte teórico que embasou esta análise foram os autores que discutem a questão em estudo SOLÉ (1998); MARTINS (2008); FREIRE (1997); PIAGENT (1987); PIETRI (2009); LIBÂNEO (2004); LUCK (2000); ALVES (2006) dentro outros. A metodologia para a realização do estudo, de cunho qualitativo/descritivo, optou-se pela pesquisa-ação. “Thiollent (2002, p.14) afirma que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”. Foi possível através dos estágios supervisionados serem vivenciada esta modalidade de pesquisa. Como resultado desse estudo verifica-se que a leitura e escrita, portanto, promove o resgate da cidadania, devolve a autoestima ao promover a integração social, desenvolve um olhar crítico e possibilita formar uma sociedade consciente.

**Palavras-chave:** Prática. Leitura. Estratégias. Dificuldades. Aprendizagem.

## ABSTRACT

The present study is thematic reading and writing, and to analyze the problems of students in the acquisition of reading and writing in the early years in children's education. The theoretical support that embasou this analysis the authors were discussing the issue in SOLÉ (1998) study; MARTINS (2008); Freire (1997); PIAGENT (1987); PIETRI (2009); Libâneo (2004); LUCK (2000); ALVES (2006) in others. The methodology for the study, qualitative / descriptive research, we opted for action research. "Thiollent (2002, p.14) states that action research is a type of social research evidence base that is designed and carried out in close association with an action or solving a collective problem." Been possible through supervised internships being experienced this type of research. As a result of this study it appears that reading and writing thus promotes the recovery of citizenship, returns to self-esteem while promoting social integration, developing a critical eye and enables form a conscious society

**Keywords:** Practice. Leitura.Estratégias. Difficulties. Learning.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS.....</b>	<b>9</b>
1.1 A gestão escolar na escola pública.....	9
1.2. A escola e o aluno da educação infantil.....	11
1.3 A escola e o aluno da educação fundamental.....	15
<b>2. UM OLHAR SOBRE O ENSINO INFANTIL.....</b>	<b>18</b>
2.1 Aspecto Legal.....	18
2.2 Problemas no desenvolvimento da leitura e da escrita.....	20
2.3 O Processo da Alfabetização.....	22
<b>3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>25</b>
3.1 Como trabalhar a linguagem e a escrita na educação infantil?.....	25
3.2 Como a Linguagem escrita possibilita o desenvolvimento cognitivo e a comunicação das crianças?.....	26
3.3 Dificuldades na aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita.....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão final apresentam-se as principais dificuldades de leitura, considerando o ato de ler não apenas decodificar, mas compreender o texto escrito. Acreditar-se que é importante que se conheça como os professores trabalham o significado ou a importância que tem a leitura para as crianças, e qual o valor social que atribuem ao domínio desta habilidade. E, também para conseguir descobrir algumas razões pelas quais os alunos não aprendem ou não gostam ou deixam de gostar de ler, com o passar do tempo.

Procura-se desvelar que relação os professores têm com a leitura, o que lêem, e de que forma esta relação influencia no trabalho que desenvolve em sala de aula, para descobrir como é possível a um professor que não lê, ou não gosta de ler, trabalhar para que seus alunos se tornem leitores. Não se pretende aqui apontar culpados, pois sabemos que a formação do hábito de leitura deve-se também à escola, mas não somente a ela, uma vez que o contexto familiar também influi, para o hábito de ler.

A construção da leitura faz-se necessária desde cedo, tendo em vista que ela, tem significado, que favorece o desenvolvimento de leitores autônomos e críticos e não meros decodificadores de palavras, embora ainda seja um desafio aos educadores que precisam aprofundar seus conhecimentos nesta temática para melhorar sua prática.

A necessidade de comunicação é inerente ao homem. Aparece no primeiro ano de existência e a sua importância aumenta à medida que a criança cresce, pois se torna membro de grupos sociais mais complexos que a família, como a escola e a comunidade.

O problema das dificuldades de leitura tem sido motivo de estudo, e discussão por parte dos educadores, vários projetos têm sido desenvolvidos por órgãos governamentais sem dar muitos resultados. O nosso alunado continua com entraves durante o ato de ler.

O professor deverá incentivar o gosto pela leitura e encontrar estratégias adequadas, porque ela é a base da escrita, procurando fazer com que o aluno desenvolva uma leitura crítica a fim de que possa questionar e opinar sobre conteúdos implícitos e explícitos no texto. Para tanto se faz necessário que a leitura de textos, tais como: leitura de letras de músicas, receitas de culinária, contos de

fada, histórias vivenciadas pela classe, manchetes de jornal, embalagens, rótulos, avisos, leitura de documentos pessoais como: certidão de nascimento, carteiras de identidade, são elementos que oferecem uma base interessante de leitura e desta forma o aluno não sente que está sendo obrigado aprender a ler, pois, é algo que surge normalmente no cotidiano.

As formas como as pessoas passam a ter o hábito da leitura é muito variável, não se pode dizer categoricamente que os jovens não leem, mas também não se pode afirmar o contrário, já que o mais comum é que eles tenham uma leitura diversificada. Existem inúmeras razões para que os estudantes leiam pouco. Antes de qualquer coisa é preciso levar em consideração o período o qual se encontra o aluno, pois, o período que se estende até o vestibular é um momento de intensa leitura em função da obrigatoriedade. Passado este momento, pode existir uma lacuna, um período de negação dos livros. Mas quando se chega à universidade, esse processo tende a ser revertido.

## **1. REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

### **1.1 A gestão escolar na escola pública**

O meu estágio supervisionado em gestão escolar foi realizado na Escola Municipal “Maria de Lourdes de Lima”. Uma escola que trabalha para implantar uma gestão democrática e paralelamente um sistema educacional que prepare o aluno para a vida em sociedade, trabalhando do pré-escolar ao 9º ano, executando projetos como saberes da infância. A escola atende no ano de 2014 a 240 alunos matriculados em 03 turnos, o seu quadro de funcionários é assim constituído: 13 professores, 04 funcionários administrativos, 15 funcionários de manutenção e limpeza.

Em relação à estrutura física, a escola possui 05 salas de aula amplas, com carteiras apropriadas e quadro branco, e 04 banheiros, sendo 01 masculino, 01 feminino e 02 para pessoas com acessibilidade, dispondo também de uma área de lazer, cozinha e secretaria é equipada com recursos tecnológicos, sala de informática, televisão, projetor de imagem, câmera digital, tem também uma biblioteca com uma quantidade de livros suficiente para atender o alunado.

Conforme os PCNs(1997); o ensino deve preparar o educando para viver bem em sociedade, e compreender os problemas do meio que o cerca. Quanto ao assunto migração nordestina - êxodos rurais - detectamos que as causas são as mais variadas possíveis: falta de assistência ao homem do campo, seca, baixa industrialização; agricultura rudimentar, desemprego. “Todas as regiões mostram a população rural em decréscimo. Diante desse fato, a surpresa é a Região Norte, onde seu meio rural deixou de ser atrativo como alternativa de emprego” (ALVES, 2006).

Essa problemática atinge a população de Mato Grosso e tem reflexos sobre a Escola Municipal “Maria de Lourdes de Lima” que abandonam a escola por falta de opção de trabalho. Entretanto percebi que este assunto tem sido estudado e debatido pelo gestor e sua equipe; pois, em virtude de sua gestão democrática observei que as decisões são tomadas com o auxílio do conselho escolar, e a presença do supervisor de ensino, coordenador pedagógico, principalmente durante

o planejamento que é feito mensalmente, com a participação do gestor e da equipe de apoio pedagógica, o diretor é empenhado e preocupado com a problemática da evasão escolar, ocasionada pela falta de “emprego” em nosso município, os jovens abandonam a escola e imigram procurando ocupações diversificadas; uma problemática que foge do controle da gestão escolar.

O conselho escolar desta escola é parte integrante da gestão, pois, é um verdadeiro elo entre a escola e a comunidade, funcionando com a participação de um representante da comunidade, direção, professores, alunos e funcionários, nas reuniões são tomadas as decisões, onde cada um tem o direito de opinar sobre os assuntos abordados. Assim as responsabilidades de cada um são claramente definidas, deixando óbvio que a gestão é participativa.

No que se refere à da gestão democrática escolar, essa discussão faz parte de todo um processo de redemocratização do Estado brasileiro, que a partir da Constituição de 1988 amplia um leque de direitos e garantias constitucionais, incluindo “conquistas sociais e políticas expressas na Constituição „Cidadã“ , a qual previu a existência de espaços de participação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas” (Véras de Oliveira, 2010, p.16).

Na educação, um efeito deste movimento ocorreu via descentralização da gestão escolar, atualmente percebida como uma importante tendência no âmbito das reformas educacionais, que constitui-se um tema relevante nos debates educacionais com toda a sociedade.

Administrar uma escola, até bem pouco tempo, compreendia apenas as atividades de planejamento, direção dos trabalhos burocráticos, coordenação e controle de pessoal. “Na gestão, estão envolvidos estas atividades consideradas necessárias para o cotidiano escolar, incluindo filosofia e política. O que existe é uma dinâmica interativa entre ambas”. (Luck, 2000, p. 99).

Administrar por si só não foi bastante diante das transformações e necessidades da sociedade, daí surgiu a necessidade de conduzir uma administração que fosse satisfatória, que se tornasse mais que administrar, abrangendo alternativas mais amplas. Surge então o conceito de gestão.

Como atesta Luck, (2000, p. 99), “a gestão não deprecia a administração, mas supera as suas limitações de enfoque dicotomizado, simplificado e reduzido, para atender as exigências de uma realidade cada vez mais complexa e dinâmica”.

Nesse sentido, a gestão democrática é um instrumento de transformação das práticas escolares. Para Libâneo (2004), a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma. Compreende-se que a escola deverá estar mobilizada com os atores sociais dentro e fora do ambiente escolar. Na escola de gestão democrática o gestor é o sujeito que facilita a interação e participação da escola com a comunidade, de forma que a escola seja aberta a propostas inovadoras de forma participativa e democrática, visando o bem comum de toda comunidade.

A teoria do autor supracitado esta de acordo com pensamento dos gestores da escola em análise, de uma vez que não consideram a escola isolada, mas dentro do contexto sociopolítico e econômico do município de Mato grosso.

Entendendo, sobretudo que a democracia possibilita a garantia de direitos fundamentais, como o de ir e vir, de expressar opinião, de fazer valer a opinião e a vontade da maioria, entende-se isto como sendo a vontade popular, inquestionavelmente soberana, mesmo em um ambiente hierarquizado, devido aos diferentes papéis que cada componente da comunidade escolar exercem.

Portanto, a Escola Democrática deve ser um referencial dentro de uma concepção de escola que conduza a uma educação de maneira e com objetivos de formar cidadãos participantes, atuantes, com capacidade de julgar e fazer escolhas conscientes.

Vale destacar também que a Gestão Escolar Democrática está fundamentada nos princípios da descentralização, participação e transparência. A descentralização possibilita que as ações e decisões sejam planejadas e efetuadas sem que haja a prevalência da hierarquia.

A participação, por sua vez, possibilita a interação, a integração, a corresponsabilidade, desde as etapas do planejamento até a execução das ações propostas, isto de todos os envolvidos no cotidiano escolar. Além disto, todas as ações e decisões devem ser claras e para o conhecimento de todos, eis o princípio da transparência.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), reconhecemos que a boa relação entre a escola enquanto instituição e a sociedade no contexto da gestão democrática possibilita alavancar a qualidade social da educação, garantindo a unidade nos processos de tomada de decisões a partir da participação de todos com um propósito.

## 1.2 A escola e o aluno da educação infantil

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da Educação Básica voltada para crianças de 0 a 6 anos de idade. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de forma geral, frisando necessariamente seus aspectos psicológico, intelectual e social.

Hoje em dia, é um direito assegurado e garantido pela Constituição Federal de 1988, confirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069/1990) e também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96, art. 29).

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (CF, art. 227, 1988).

O nosso Campo de estágio para o Ensino Infantil foi a Escola Municipal “José Francisco da Silva” – uma escola multisseriada localizada no sítio Riachão -2 do município de Mato Grosso-PB. A escola é composta por 15 alunos do 1º ao 5º ano, onde as duas professoras que são pedagogas, praticam uma metodologia interdisciplinar, de forma a atender as necessidades de todos os alunos. Conta com os seguintes funcionários: 1 vigilante e 2 auxiliares de serviço concursado, pois participam das reuniões de pais e mestre e compartilham os problemas da escola. Durante a minha observação no período de estágio constatei que a escola em 2013 tinha os recursos suficientes para funcionar. Sendo beneficiada pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNBE (Programa Nacional da Biblioteca da Escola).

A escola possui uma estrutura física razoável, tendo como dependências: uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiro sendo um masculino, e outro feminino. Quanto ao material de apoio suficiente; como carteiras, quadro de giz, quadro branco, material de cantina. Dispõe dos seguintes recursos didáticos: uma televisão, um DVD, um notebook, um mimeógrafo, um esqueleto, um globo terrestre,

material dourado, revistas, lupa, dominó e dama, jogos educativos, livros paradidático revistas. Como foi verificado, o material didático da educação infantil é suficiente para que boas aulas fossem realizadas.

Outro ponto importante a ser enfatizado é que o ensino infantil deve ser realizado com afetividade, tendo sempre a presença dos pais como parceiros da escola. Participando dos eventos como datas comemorativas: carnaval, páscoa, dia das mães, dia das crianças, dia dos pais, emancipação política de Mato Grosso, festas juninas.

Dessa forma é um dever das instituições de Educação Infantil facilitar o acesso e permanência dessas crianças na escola, bem como o de oferece condições para que, ali, as práticas pedagógicas se voltem para o seu desenvolvimento integral.

Não restam dúvidas que a etapa da Educação Infantil é importante, pois nela as crianças está em constante desenvolvimento. Para Eibel (2005, p. 4):

Os primeiros anos de vida são anos verdadeiramente de educação. Segundo as ciências que estudam o desenvolvimento infantil, a construção da inteligência e a aquisição da aprendizagem, bem como a aquisição de habilidades, de valores e das atitudes, são desenvolvidas nesta fase e servem para toda a vida. (EIBEL, 2005, p. 4).

Como mostra a citação não preocupação das para que crianças saber o por que aprender. As crianças não sabem por que aprende, ela deve sentir prazer em aprender. A Escola Municipal 'Jose Francisco da Silva', mesmo sendo multisseriada trabalha a educação infantil dentro de uma proposta pedagógica onde as sente vontade de ir a escola e estudar, brincar

Quando vemos uma criança brincando de faz de conta, sentimo-nos atraídos pelas representações que ela desenvolve. A primeira impressão que nos causa é que as cenas se desenrolam de maneira a não deixar dúvida do significado que os objetos assumem dentro de um contexto (KISHIMOTO, 2010 p. 63).

Durante as brincadeiras as crianças criam um mundo à parte, é um pequeno universo que elas fazem funcionar onde os objetos adquirem significados diferentes, na sua linguagem é chamado faz de conta, pois o imaginário infantil é rico e imita com facilidade o mundo real.

Especialmente nas turmas de creche em que uma série de recursos e atividades lúdicas são preparadas para as crianças depois que elas chegam, uma informação básica para a professora precisa ter é com o que a criança brincou em determinada sessão do dia. Mesmo na sala de aula da pré-escola ou da primeira série do ensino fundamental, mais estruturada, uma escolha apropriada para a criança requer que suas atividades escolhidas sejam monitorizadas (MOYLES, 2002, p.126).

Considerando as atividades trabalhadas na infância é importante observar o seu valor entretanto, considerar que ela tem de serem guiadas. O professor tem de conhecer os jogos e as brincadeiras mais usadas pela a criança para daí orientar e monitorizar suas atividades na escola. “As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade” (VYGOTSKY, 1998).

Piaget (1998) afirma que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. Na visão sócio histórica de Vygotsky, a brincadeira, o jogo, é uma atividade específica da infância, em que a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos. Essa é uma atividade social, com contexto cultural e social. É uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação,

O professor pode usar diversas estratégias para trabalhar na educação infantil, dentre as quais, contar histórias, pois, a arte de contar histórias é atraente e muito antiga, os nossos antepassados já usavam os contos como forma de diversão e entretenimento para seus filhos menores, posteriormente as narrativas passaram a ser atração para a leitura, isto é, despertar a atenção de crianças e adultos para a leitura poderá ocorrer por meio do início de uma narrativa, assim se dizia ou se diz - eu começo e você termina a leitura do livro para assim saber o destino dos personagens e que fatos ocorreram sucessivamente.

O espaço de aprendizado de jogos e esporte deve ser antes de tudo, um espaço de educação integrada, no qual não basta fazer, é preciso compreender. Nas aulas de jogos, fazer e compreender significa integrar as ações do intelecto com as da prática motora. Dessa forma o conhecimento do que é vivido corporalmente vem à consciência e pode ser imaginado e refletido, transformado e reconstruído a partir dos interesses e motivações das crianças e jovens (ROSSETO JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 28).

O esporte não é algo isolado e deve ser planejado, evitando conflitos transgressões e desordens, tornando este momento rico para aprendizagem. É o momento em que corpo e mente se integram e a criança aprende a interagir disputar, conversar e combinar as variações.

### **1.3 A escola e o aluno do ensino fundamental**

O ensino fundamental é o primeiro nível do ensino escolar no país é uma modalidade destinada alunos de seis a 14 anos. Ao longo desse percurso, crianças e adolescentes devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Que toda criança tem o direito de estudar.

O Ensino Fundamental na Escola “Maria de Lourdes de Lima”, ocorre de forma seriada, sendo que do 1º ao 5º ano o professor é polivalente, ou seja, leciona todas as disciplinas do currículo, fundamentando-se no projeto político pedagógico da escola, de forma contextualizada e interdisciplinar procura manter a disciplina da escola, evitando atitudes indisciplinar e de desrespeito ao próximo.

Lidar com esse ritmo biológico de um modo que não o desrespeite é a primeira providência para obter disciplina. Depois, quanto mais os filhos crescem, mais recursos terão os pais de adequar o ritmo biológico ao ambiente. Entendida como um conjunto de comportamentos que leva ao melhor resultado possível, beneficiando a todos, a disciplina estabelece seu caminho nos primeiros anos da vida da criança. (TIBA, 1996, p.32).

Observou-se nesta instituição de ensino o zelo pela pontualidade e os valores ético-morais, pois, os alunos chegam à escola e se dirigem a sala de aula para aguardarem a chegada da professora, que chega por volta das 7:15hrs, ela cumprimenta os alunos e organiza as carteiras em círculo, pergunta como eles passaram o resto do dia do ontem após chegarem da escola em suas casas. É importante que haja esse diálogo, que chamamos comumente de rodas de conversa, para que a criança possa desenvolver duas categorias: sócio-moral e cognitiva. Para Paulo Freire “umas das tarefas da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e sua comunicabilidade” (FREIRE, 2012, p.140).

A professora seguiu o plano elaborado previamente, porém considera sua flexibilidade, usando material ligado a realidade, como é o caso de livros sobre a Geografia e a História da Paraíba focalizando o alto sertão paraibano.

A elaboração de atividades vinculadas ao contexto dos alunos exige do professor pesquisa e planejamento para que os alunos possam relacionar as informações com as especificidades de cada conhecimento superando a memorização inexpressiva e aplicação direta de regras e fórmulas. Para tanto, compete ao professor elaborar atividades que favoreçam o desenvolvimento da imaginação e da criatividade e para isso retoma-se a importância da utilização do material concreto como um recurso que pode contribuir, por meio de um trabalho cooperativo, na elaboração de conceitos e na resolução de problemas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) também destacam a utilização de materiais concretos pelos professores como um recurso alternativo que pode tornar bastante significativo o processo de ensino-aprendizagem de todas as disciplinas.

Fiorentini e Miorim (1990) destacam que o conhecimento sobre os materiais como recursos de ensino e possibilitadores de ensino-aprendizagem podem promover um aprender significativo no qual o aluno pode ser estimulado a raciocinar, incorporar soluções alternativas, acerca dos conceitos envolvidos nas situações e, conseqüentemente, aprender.

O aluno deve, sobretudo ser amado, e que meios tem um governante de se fazer amar por uma criança a quem ele nunca tem a propor senão ocupações contrárias ao seu gosto, se não tiver, por outro, poder para conceder-lhe esporadicamente pequenos agrados que quase nada custam em despesas ou perda de tempo, e que não deixam, se oportunamente proporcionados, de causar profunda impressão numa criança, e de ligá-la bastante ao seu mestre.

De acordo com (METZ; PIETRI, 2011, p.131)

[...] O planejamento é um processo de construção cotidiana que deve estar em constante movimento, visto que é no dia a dia da sala de aula, na dinâmica da ação dos diferentes atores do processo pedagógico e nos diferentes contextos em que estação se efetiva que o planejamento nasce e se desenvolve. Planejar é um ato dinâmico e, por isso, deve ser uma prática diária, constante. [...]

O planejamento para fundamental é realizado mensalmente com a presença de gestores e da equipe de apoio pedagógico, sempre procurando incluir nos recursos didáticos sugeridos, o material tecnológico que a escola dispõe. Televisão, um DVD, um notebook, um mimeógrafo, um esqueleto, um globo terrestre, material dourado, revistas, lupa, dominó e damas, jogos educativos, livros paradidáticos revistas.

Observei que as aulas são interdisciplinares, partindo do conhecimento prévio do aluno; na aula de Matemática é usado Material concreto, os problemas são contextualizados com a realidade local. Quanto a disciplina Ciência é despertado a curiosidade da criança, percebi, que os professores tentam abolir do ensino abstrato e fragmentado.

De acordo com os PCN (1999); Os resultados de desempenho em matemática mostram um rendimento geral insatisfatório, pois os percentuais em sua maioria situam-se abaixo de 50%. Ao indicarem um rendimento melhor nas questões classificadas como de compreensão de conceitos do que nas de conhecimento de procedimentos e resolução de problemas, os dados parecem confirmar o que vem sendo amplamente debatido, ou seja, que o ensino da matemática ainda é feito sem levar em conta os aspectos que a vinculam com a prática cotidiana, tornando-a desprovida de significado para o aluno.

Entretanto, na escola municipal “Maria de Lourdes de Lima” este quadro vem revestindo, pois, entre 2010 e 2011, o índice de reprovação em Matemática caiu em torno de 30% de acordo com resultado final, apresentado pela secretária da escola. Assim sendo o ensino fundamental não visa apenas aprovação ou reprovação e sim preparar para a vida em sociedade, para que o educando conviva bem em sua comunidade.

## **2. UM OLHAR SOBRE O ENSINO INFANTIL**

O motivo da escolha do tema está ligado ao nosso estágio supervisionado; no qual constatamos os problemas de leitura e escrita. E procuramos uma maneira de motivar a criança nos primeiros anos de escola para que ela adquira gosto pelo ato de aprender e se torne um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem.

### **2.1 Aspecto Legal**

O marco que rompeu essa tradição no país foi a Constituição de 1988, que determinou a Educação Infantil como dever do Estado brasileiro. “Foi a partir daí que a Educação na creche e na pré-escola passou a ser vista como um direito da criança, facultativo à família, e não como direito apenas da mãe trabalhadora. Com isso, os profissionais de Educação Infantil ganharam mais legitimidade e a Educação Infantil passou a ser objeto de planejamento, legislação e de políticas sociais e educacionais”, explica a coordenadora pedagógica da Fundação Victor Civita, Regina Scarpa.

Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.

Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se aos ensinos Fundamental e Médio. “Só então a Educação Infantil ganhou uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional e a criança foi vista como alguém capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para a Educação”, diz Beatriz Ferraz, coordenadora pedagógica do Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (CEDAC), em São Paulo.

A inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar – lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer – lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

A educação infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Da leitura desses artigos, é importante destacar, além do que já comentamos a respeito da educação infantil como primeira etapa da educação básica:

1. A necessidade de que a educação infantil promova o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, de forma integral e integrada, constituindo – se no alicerce para o pleno desenvolvimento do educando. O desenvolvimento integral da criança na faixa etária de 0 a 6 anos torna – se imprescindível a dissociabilidade das funções de educar e cuidar;
2. Sendo a ação da educação infantil complementar à da família e à da comunidade, deve estar com essas articuladas, o que envolve a busca constante. Do diálogo com as mesmas, mas também implica um papel específico das instituições de educação infantil no sentido de ampliação das experiências, dos conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

## 2.2 Problemas no desenvolvimento da leitura e da escrita

Ferreiro (1984, p. 31), entende que nenhuma prática pedagógica é neutra. Todos estão apoiados num modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem, levando assim o domínio da língua Escrita, colocando a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Como se devem introduzir as atividades da leitura e da escrita?

Emília Ferreiro (1984, p. 30), afirma:

Algumas práticas induzem a criança, a convicção de que o conhecimento é algo que os outros possuem e que só podem obter da boca dos outros, sem nunca ser participante na construção do conhecimento, outras entretanto determinam que “o que existe para conhecer” já foi estabelecido e não se pode mudar. Também há práticas que deixam a criança de “fora” do conhecimento, recebendo as informações como um receptor passivo, sem nunca ter chances de encontrar respostas aos “por quês”.

Para introduzir essas atividades a criança precisa compreender a estrutura do sistema da escrita, e que para conseguir compreendê-lo, precisa realizar tanto atividades de interpretação como de produção. A ideia da possibilidade de dissociar as duas atividades é inerente à visão do ensino de técnica de transcrição.

De acordo com Lorenzato (2006)

... No Brasil, a partir da década de 1970, houve uma intensificação da luta por uma maior valorização da educação infantil e, como consequência, aumentaram estudos e pesquisas, novas publicações aconteceram, muitas escolas surgiram, congressos e encontros de estudo foram realizados, governos começaram a investir verbas. Além disso, muitos pais deixaram de conceber a pré-escola apenas como um lugar onde a criança pudesse estar enquanto eles trabalhassem ou como um local adequado para que ela tivesse uma preparação cognitiva que garantisse seu sucesso nas séries iniciais do ensino fundamental. Por parte dos educadores, muitos deixaram de acreditar que a criança é tanto mais inteligente quanto mais cedo ela for aprender a ler e escrever.

Atualmente, a pré-escola [...] assumiu um novo papel, muito mais importante e amplo que o anterior, hoje, a educação infantil “tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até 6 anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da

comunidade”, conforme artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Se desejarmos que as crianças construam significados, e imprescindível que, em sala de aula o professor lhes possibilite muitas e distintas situações e experiências que devem pertencer ao mundo de vivência de quem vai construir sua própria aprendizagem; e mais, tais situações devem ser retomadas ou reapresentadas em diferentes momentos, em circunstâncias diversas; enfim, as crianças devem reproduzir (escrevendo, falando, desenhando etc.) aquilo que aprenderam. Assim, torna-se evidente que: Atividade experimental é importante para a aprendizagem; Diferentes materiais didáticos e atividades devem ser proporcionados às crianças em virtude das diferenças individuais que elas apresentam; O professor deve verificar o nível de pensamento de seus alunos por meio das reações deles ante cada material ou atividade e também por meio dos relatos infantis.

Em termos práticos, com vistas a sala de aula, surgem algumas importantes questões a respeito das dificuldades e facilidades de aprendizagem:

Como facilitar o desenvolvimento do pensamento infantil?

Quais são as primeiras explorações a serem realizadas?

Quais as atividades podem ser oferecidas às crianças visando à construção do conhecimento?

Qual é o papel do professor nesse processo?

Ferreiro (1999), nos seus trabalhos e pesquisas sobre crianças e seu processo de construção da leitura e da escrita, alerta-nos sempre para essa questão da interação entre o leitor em formação e o mundo da escrita, para que desta forma vença as dificuldades de interpretação:

Um dos objetivos sintomaticamente ausentes dos problemas de alfabetização de crianças é o de compreender as funções da língua escrita na sociedade. Como as crianças chegam a compreender essas funções? As crianças que crescem em famílias onde há pessoas alfabetizadas, onde ler e escrever são atividades cotidianas, recebem esta informação por meio da participação em atos sociais onde a língua escrita cumpre funções precisas. (FERRREIRO, 1999. p. 19-21.).

Em um ambiente letrado onde a mãe escreve a lista de compras do mercado, a mãe leva consigo essa lista e consulta antes de terminar suas compras: sem querer, está transmitindo informações sobre uma das funções da língua escrita (serve para ampliar a memória, como lembrete para avaliar a memória). Busca-se na lista telefônica o nome, endereço e telefone de algum serviço de concerto de aparelhos quebrados; sem querer, essa leitura transmite informações sobre algo que não sabíamos antes de ler. Recebe-se uma carta ou alguém deixa um recado que deve ser lido por outro familiar ao chegar; sem querer, transmite-se informação sobre outra das funções da língua escrita (serve para comunicar-se a distância, para dizer algo a alguém que não está presente no momento de se escrever a mensagem).

### **2.3 O Processo da Alfabetização**

Quando se fala em alfabetização está se referindo a um processo sucessivo de descobertas, de interpretação, relacionando e interiorizando ao mundo da linguagem escrita. Identifica-se o processo de alfabetizar com a comunicação, onde a criança atua como sujeito do processo aquisitivo da fala, interagindo com quem convive ao seu redor, dessa forma, ela aprende a falar.

Na alfabetização, a criança também deve atuar como sujeito do processo de aquisição da língua escrita. Será um ser vivo na aprendizagem da leitura? Escrita mediante a interação com o meio ambiente, com o outro e consigo mesma.

A partir do momento que procura aplicar situações interessantes e estimuladoras, trabalhando atividades prazerosas e motivadoras (leitura e escrita), os alunos são despertados para a alfabetização. É preciso condições favoráveis para que esse processo tenha sentido completo, que possa entender o que se lê e escreve. É necessário que haja uma interação entre as demais áreas de aprendizagem.

A escola tradicional tem confundido, ao longo do tempo, o ato de leitura com simples processo de decodificação do sinal gráfico impresso no papel. Ler é mais do que isso: é aprender a carga significativa de uma palavra quando inserida num dado contexto e relacioná-la imediatamente, à realidade.

A formação do leitor da palavra escrita começa no exato momento em que esse leitor inicia o seu processo de apropriação da língua escrita, daí a preocupação

em apresentar ao alfabetizando textos completos, e não palavras ou frases descontextualizadas, seguidos de atividades de interpretação.

O professor deve levar o aluno a refletir sobre o que leu, relacionando o texto com a realidade, para depois retornar ao texto e promover uma leitura rica e criativa. É preciso chamar a atenção para a relação que se estabelece entre as palavras que formam a frase, entre as frases que formam o texto.

Para tanto, é fundamental trabalhar a sonoridade das palavras, a beleza das imagens, o humor e a fantasia. Só assim formaremos leitores atentos e ativos.

A concepção de escrita, enquanto manifestação da linguagem, produção cultural e objeto de conhecimento, vem, ao longo do tempo, sofrendo reconfigurações capazes de revolucionar a alfabetização, seja pela perspectiva teórica, seja pelo viés da prática pedagógica.

Paulo Freire, na década de 1960, foi indiscutivelmente, o primeiro a chamar a atenção dos educadores para a dimensão política do ensinar a ler e a escrever, defendendo o sentido dessa aprendizagem como emancipação do homem vinculada à própria possibilidade de “ler o mundo”. Uma questão fundamental levantada por Soares diz respeito ao significado da apropriação da escrita:

... Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter, aprendido a ler e escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de decodificar em língua escrita, apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua propriedade. (SOARES, 2001, p. 39).

É de fundamental importância que o trabalho com crianças em fase de alfabetização seja pleno de descobertas e significados, constituindo-se num real prazer tanto para os alunos, como para os educadores, tornando-se efetivamente uma aprendizagem significativa.

Primeiramente, não se pode esquecer que produzir bons leitores consiste num dos desafios para os educadores e alfabetizadores em todo o mundo. A leitura precisa ter como objetivo essencial a compreensão e não a mera decodificação de sons e letras.

Convém ressaltar que nem sempre a aprendizagem da leitura e da escrita torna-se significativa para a criança, uma vez que são ignorados sistematicamente as práticas sociais mais amplas para as quais a leitura e a escrita são necessárias, e nas quais serão efetivamente colocadas em uso. O que deveria ser priorizado, nesta

fase de construção do conhecimento, seriam os aspectos construtivos das produções infantis durante a alfabetização.

### **3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O grande desafio da aprendizagem humana consiste em motivar o indivíduo para que ele busque o conhecimento, o qual tem por estratégia primordial: “a leitura”. Porque a mesma é porta aberta para aquisição do conhecimento, aqui fazemos uma reflexão sobre a leitura numa perspectiva construtivista, leitura funcional e a escola como lugar mais adequado para leitura.

A leitura e a escrita devem ser tratadas com muita cautela na educação infantil, considerando a leitura de mundo da criança e explorando o universo que faz parte do cotidiano do aluno.

#### **3.1 Como trabalhar a linguagem e a escrita na educação infantil?**

De acordo com o pensamento de Freire (1989), onde ele revive a sua alfabetização, o ato de ler e escrever não se resume a codificar palavras, é bem mais que isto, é o desenvolvimento cognitivo é a compreensão do que se ler ou se escreve. Para Freire (1989) A leitura do mundo precede a leitura da palavra, [...] linguagem e realidade se prendem dinamicamente:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao ensaiar escrever sobre a importância do ato de ler, eu me sinto levado – até gostosamente – “relê” momentos fundamentais da minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas da minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler veio em mim constituindo. (FREIRE, 1989, P.09).

Considerando a teoria de Freire (1989), pode-se diagnosticar que a escola Maria de Lourdes de Lima respeita a leitura de mundo do educando, fazendo uma leitura analítica da realidade, o que observei durante o trabalho da professora com a música “os animaizinhos” de Padre Marcelo Rossi. Na qual a professora explorou o conhecimento prévio dos educandos, pois durante a exploração da letra da música foi feito um trabalho interdisciplinar, com ciências, matemática e linguagem. Comparando isto ao texto de Freire, onde ele se expressa da seguinte forma:

“daquele contexto fazia parte igualmente aos animais: os gatos da família, [...], o velho cachorro negro do meu pai, [...]. Daquele contexto – e do mundo imediato fazia parte, por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando suas crenças, os seus gostos, os seus receios, os seus valores”.

A partir do construtivismo, a diferença fundamental já não se situava entre aprendizagens prévias ou pré-requisitos que davam lugar às aprendizagens posteriores, mas entre as atividades convencionais ou normativas e as aprendizagens não-convencionais ou não-normativas. Sendo capazes de aceitar como aprendizagens as respostas não normativas das crianças, então podíamos ver quais os antecedentes que faziam parte da construção do conhecimento. (TABEROSKI; COLUMBER 2003, p. 16).

Conforme o posicionamento acima colocado, diante do construtivismo deverá haver uma reflexão sobre a aprendizagem como algo aberto, sem depender de conhecimentos anteriores.

### **3.2 Como a Linguagem escrita possibilita o desenvolvimento cognitivo e a comunicação das crianças?**

Segundo Vygotsky, a aprendizagem da linguagem escrita depende de um exercício artificial que requer atenção e esforço tanto do educador quanto do educando, nesse processo o professor é portador do conhecimento da escrita, sendo o próprio quem ensina a criança a desenhar letras e construir palavras.

Para o autor os gestos da criança estão ligados à origem dos signos escritos, o primeiro deles são os rabiscos e desenhos das mesmas são vistos mais como gestos do que como desenhos em sua essência onde são impressas nesses desenhos as qualidades gerais do objeto ilustrado, o segundo gesto de atividades resulta nos jogos das crianças que advém da união entre gestos e linguagem escrita, pois é por meio da brincadeira que a criança se comunica e indica o significado dos objetos integrantes da brincadeira, pois estes cumprem função de substituição e somente os gestos adequados conferem a eles os significados.

Nesse contexto, a linguagem verbal é base para a linguagem gráfica e a criança aos poucos transforma os rabiscos simbólicos em figuras e desenhos que por vez são substituídos por signos e este processo caracteriza a passagem da escrita pictográfica, para a ideográfica. O autor afirma que a criança deve ver

significado na escrita e reconhecer esta como uma tarefa necessária e fundamental para a vida e a aprendizagem dessa linguagem como natural ao desenvolvimento humano.

Segundo a teoria de Vygotsky, as crianças são ensinadas a desenhar letras e construir palavras; se preocupam com a mecânica de ler o que está escrito e se esquecem da linguagem escrita. Diferentemente do ensino da linguagem falada, que a criança desenvolve sozinha, o ensino da linguagem escrita precisa de um treinamento artificial que requer grande atenção e esforço de professores e alunos.

Para o autor, até então a psicologia havia considerado a escrita como uma complicada habilidade motora, da pouca atenção a linguagem escrita como tal, isto é, um sistema particular de símbolos e signos cuja dominação prenuncia um ponto crítico em todo desenvolvimento cultural da criança.

Segundo Vygotsky, um aspecto desse sistema é que ele constituiu um simbolismo de segunda ordem. Isso significa que a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais são signos das relações e entidades reais. Parece claro que o domínio de tal sistema complexo de signos não pode ser alcançado de maneira puramente mecânica e externa, ao invés disso, esse domínio é ocliminar na criança, de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais complexas.

A história do desenvolvimento da linguagem escrita oferece as metamorfoses mais inesperadas, isto é, transformações de algumas formas particulares de linguagem escrita em outras.

Vygotsky usa expressões de Baldwin referente ao desenvolvimento das coisas. Às vezes sua linha de desenvolvimento parece desaparecer completamente, quando, como que do nada, surge uma nova linha, e parece não haver continuidade alguma entre a velha e a nova. Somente a visão ingênua de que o desenvolvimento é um processo puramente evolutivo, envolvendo nada mais do que acúmulos graduais de pequenas mudanças e uma conversão gradual de uma forma em outra.

A segunda esfera de atividades que une os gestos e a linguagem escrita é a dos jogos das crianças. Para elas, alguns objetos podem denotar outros, substituindo-os e tornando seus signos; não importa o grau de similaridade entre a coisa com que se brinca e o objeto imaginado. O mais importante é a utilização de brinquedos e a possibilidade de executar com eles um gesto representativo.

Para Vygotsky é evidente que a similaridade perceptiva dos objetos não tem papel considerável para a compreensão da notação simbólica. O que importa é que os objetos admitam o gesto apropriado e possam funcionar como um ponto de aplicação dele.

Segundo o autor, os objetos cumprem função de substituição, somente os gestos adequados conferem a eles os significados. Sob a influência desses gestos, entretanto, as crianças mais velhas descobrem que os objetos podem não só indicar as coisas que eles representam, mas que também podem substituir.

Assim como no brinquedo, também no desenho o significado surge, inicialmente, como simbolismo de primeira ordem. É somente mais tarde que a representação gráfica começa a designar algum objeto. A natureza dessa relação é que aos rabiscos feitos no papel se dá um nome apropriado.

Fundamentado em experiências de Hetzer, que mostrou claramente quais significados simbólicos surgem no brinquedo através de gestos figurativos e quais brincadeiras surgem através das palavras. A linguagem egocêntrica das crianças manifestou-se nos jogos. Enquanto algumas crianças representavam qualquer coisa através de movimentos e mímica. A porcentagem de ações gestuais na brincadeira diminui com a idade, ao mesmo tempo em que a fala passa a predominar.

Vygotsky então conclui que o desenho é uma linguagem gráfica que surge tendo por base a linguagem verbal. No entanto, os esquemas que caracterizam os primeiros desenhos infantis lembram conceitos verbais que comunicam somente os aspectos essenciais dos objetos. Esses fatos fornecem elementos para passarmos a interpretar o desenho das crianças como um estágio preliminar no desenvolvimento da linguagem escrita.

De acordo com Vygotsky, existe um momento crítico na passagem dos simples rabiscos para grafias como sinas. Contudo a uma concordância entre os psicólogos, que a criança deve descobrir que os traços por ela podem significar algo. Baseada em sua teoria define-se que, mesmo sendo a criança capaz de perceber a similaridade no desenho, ela o encara como um objeto em si mesmo, similar a ou do mesmo tipo de um objeto, e não como sua representação ou símbolo. A criança quando inicia seu conhecimento espontâneo, representa a fala integrando suas ideias no processo de escolarização representando algumas garatuja simbolizando desenhos, com significado próprio.

Segundo a descrição de Saber (2010, p. 38), a emergência da escrita hebraica parece seguir um caminho de diferenciação crescente, desde trocas suprasegmentais até trocas segmentais, conhecido como nos sistemas romanos. De acordo com este estudo, os traços gráficos da escrita constituem o lado figurativo do desenvolvimento da escrita por parte da criança, na medida em que esses gráficos são uma espécie de matéria-prima com o qual as crianças elaboram suas próprias limitações. Mesmo antes de frequentar a escola, a criança já tem sua própria escrita; a qual na sua concepção tem certo significado; seus rabiscos representam objetos ou nomes, que fazem parte do mundo da criança. Os adultos não vêm em sua escrita nenhum significado, porém ela própria tem convicção de que está se comunicando com o uso do lápis.

Saber (2010) propôs que uma criança pode ser letrada antes de aprender a ler, a partir do estudo da aquisição de linguagem da própria filha Rachel, que aos 2 anos de idade já era capaz de produzir narrativas em que se evidenciava o distanciamento entre autor e audiência, característico da língua escrita, bem como, utilizava recursos coesivos peculiares aos textos escritos. Segundo os autores, as narrativas de Rachel revelam a existência de um processo de socialização que lhe deu condições de desenvolver um estilo de linguagem do qual ela iria necessitar para ser bem sucedida na escola. Trata-se do modelo de prosa ensaísta ou “texto”, no dizer de Olson (1977), que se diferencia do “enunciado” dada ao caráter de descontextualização e explicitação verbal dos significados transmitidos.

A esta escrita do tipo garrancho sucedeu uma fase em que o interesse em aprender o próprio nome levou-a a não só ser capaz de reconhecer o seu nome, como também a tentar escrevê-lo utilizando-se de algumas letras de imprensa oriundas do próprio nome e a letra “O”. Observe-se que no exemplo abaixo, a escrita de outros nomes é gerada a partir da inversão e da repetição dos caracteres utilizados no próprio nome, sem nenhuma preocupação em fazer correspondência entre a fala e a escrita.

### **3.3 Dificuldades na aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita**

Uma das principais dificuldades de leitura ocorre devido ao hábito mecânico de ler; sem procurar compreender apenas decodificando, dificultando assim o desenvolvimento da leitura e conseqüentemente da escrita.

Uma atividade de leitura centrada nas habilidades mecânicas de decodificação da escrita, sem dirigir conteúdo, a aquisição de tais habilidades para a dimensão de interação verbal – quase sempre nessas circunstancia não há leitura, porque não há encontro com ninguém do outro lado do texto [...] (ANTUNES, 2003, p.27)

A verdadeira leitura consiste no processo de compreensão da mensagem transmitida pelo autor; o mecanismo automático de pronuncia, sem interpretação não pode ser considerada leitura e o indivíduo que ler de forma mecânica, não pode ser considerado alfabetizado.

Com frequência, ao falar de alfabetização, este termo é assimilado ao domínio dos procedimentos de leitura e escrita. Talvez para você “alfabetização” signifique exatamente isto. Embora não pretenda convencê-lo de outra coisa, gostaria de lhe explicar por que esta definição do processo me parece restritiva e mesmo sutilmente enganosa. (SOLÉ, 1998, p.50)

Uma atividade incapaz de suscitar o aluno a compreensão das múltiplas funções sociais das leituras (muitas vezes, o que se lê na escola não coincide com o que precisa ler fora dela (ANTUNES, 2003, p. 28). A falta de função social contribui para o desestímulo do educando, pois quando a leitura é ligada a realidade provoca o educando para ler, facilitando o trabalho do professor.

Na verdade, a compreensão deturpada que se tem da gramática da língua e de seu estudo tem funcionado como imenso entrave à ampliação da competência dos alunos para a fala, a escuta, a leitura e a escrita de textos adequados e relevantes. (ANTUNES, 2003, p. 0)

O autor apresenta a gramática como um obstáculo para a leitura e para a escrita. As regras de gramática fogem do verdadeiro ensinamento da língua. A leitura é uma produção mediada pelo texto em seu processo de significado e de construção do conhecimento do indivíduo tanto em seu lado psicológico como social. Ao se fazer uma leitura, deve-se notar que o sentido é algo produzido por cada leitor. O sentido do texto não é dado, é uma descoberta de cada sujeito-leitor. Conforme Martins (2008, p.26): "Aprender a ler enquanto adquirir poder sobre a língua pode conduzir o leitor conseqüentemente a adquirir uma compreensão da realidade que o circunda".

É importante que o leitor tenha oportunidade de ler, saiba ler e sinta prazer ao se envolver no ato da leitura. Entender a leitura como processo, além da

decodificação de signos, implica uma prática escolar que ofereça instrumentos para que o aluno leia os fatos sociais, isto é que se constitua cidadão. Nos dias de hoje, o ensino - aprendizagem não gira apenas em torno da identificação das palavras, mas considera o texto e suas relações intra e extra textuais, isto é, aspectos exteriores à sua construção: época em que foi escrito contexto político entre outros e aspectos interiores à sua estrutura: relações sintáticas e semânticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de textos jornalísticos contribui para que o professor leve os alunos a refletirem sobre a realidade em que estão inseridos. Este material oportuniza diversificação (jornal, revistas, rótulos, embalagens, receitas culinárias, bulas de remédio), dispensa o uso de livros didáticos, o que nada impede de serem usados juntos.

A utilização de textos, não didáticos motiva o aluno e conduz a superação de certas dificuldades de leitura. Portanto seria desnecessário ressaltar o papel fundamental desempenhado pela leitura no espaço social que incomodados por esse tema, já o sabemos. Entretanto, uma grande parcela da população brasileira vive alheia a esse processo de transformação da visão do mundo e das práticas sociais.

Nesse contexto, a escola caracteriza-se como a principal responsável em oportunizar o acesso dos indivíduos ao mundo da leitura. Porém, devemos entender que uma leitura crítica nega a atitude passiva do leitor. O texto não é um objeto estático, é um universo que oferece inúmeros significados. O leitor produz imagens do texto que lê e dessa forma vai formando as suas visões do contexto em que está inserido. A formação do professor também é fator de extrema importância no processo da leitura, pois se este não se reconhecer leitor, não poderá despertar em seu aluno o gosto pela leitura.

Dessa forma, o ato da leitura é a abertura de novos espaços para se pensar o mundo e os seus diferentes significados. A significação torna-se um processo de interação entre o texto e o leitor permitindo uma mudança nas ideias do senso-comum e surgindo dessa relação uma postura crítica.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- CAGLIARI, I. C. **Alfabetização e linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2000.
- COELHO, Betty. **Contar história: uma arte sem idade**. 10. ed. São Paulo: Atica, 2001.
- FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**, 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PIETRI, Êmerson de. **Práticas de leituras e elementos para a atuação docente**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Trad. Cláudia Schilling – 6.ed.- Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SOUZA, Leila. **A importância da leitura para a formação de uma sociedade consciente**. Disponível em:  
<http://dici.ibict.br/archive/00001095/01/aimportanciadaleitura.pdf>.
- TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. São Paulo: Trajetória Cultural, 2003.